

SAÚDE MENTAL

Desafios da Prevenção, Diagnóstico, Tratamento e
Cuidado na Sociedade Moderna

Capítulo 18

Edição XXX

ESTIGMA X MASCULINIDADE: A SUBNOTIFICAÇÃO DE CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM HOMENS

SARAH SOUSA DE ALBUQUERQUE¹
TAINÁ MENDES SOUSA²

¹Discente – Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) de Teresina – Piauí.

²Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU) de Teresina – Piauí.

Palavras-chave: Violência Sexual; Masculinidade; Subnotificação.

DOI:

10.59290/0609315200

EP EDITORA
PASTEUR

INTRODUÇÃO

A construção social da masculinidade, historicamente marcada por ideais de invulnerabilidade, força, autossuficiência e domínio nas relações de gênero, sustenta estereótipos que delimitam rigidamente o que se espera do homem (CONNELL, 2005). Tais normas, associadas às masculinidades hegemônicas, valorizam atributos como resistência emocional e controle desde a infância, dificultando a expressão de vulnerabilidades e o reconhecimento da condição de vítima.

Nesse contexto, consolida-se uma associação recorrente entre masculinidade e agressividade, cristalizando a figura masculina no lugar do perpetrador, especialmente no âmbito da violência sexual, e invisibilizando as experiências de homens que sofrem esse tipo de violação (COELHO *et al.*, 2025). Apesar de evidências indicarem que a violência sexual contra homens ocorre em diferentes contextos e ciclos de vida, o tema permanece marcado por lacunas teóricas e expressiva subnotificação.

Embora a temática venha gradualmente ganhando espaço na literatura científica, os estudos disponíveis ainda evidenciam a magnitude do problema e a persistência da subnotificação, caracterizando a violência sexual contra homens como um fenômeno historicamente pouco explorado e menosprezado (SILVA *et al.*, 2024).

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde em 2019 indicam que 2,5% dos homens adultos relataram ter vivenciado violência sexual ao longo da vida, o que corresponde a aproximadamente dois milhões de indivíduos no Brasil (FERREIRA *et al.*, 2023). Contudo, a baixa taxa de denúncia permanece como elemento central dessa problemática, refletindo fragilidades nos mecanismos públicos de saúde e pro-

teção. Nesse contexto, vítimas masculinas frequentemente enfrentam barreiras adicionais associadas a estigmas sociais, normas de masculinidade e preconceitos culturais, fatores que dificultam o acesso aos serviços de atendimento e a busca por apoio (SILVA *et al.*, 2024).

Como desdobramento da subnotificação, homens que vivenciam violência sexual podem apresentar repercussões significativas na saúde psíquica e física, incluindo maior prevalência de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ideação suicida, quadros depressivos, comportamentos de risco e prejuízos na saúde sexual (FERREIRA *et al.*, 2023). Tais impactos evidenciam trajetórias marcadas por vulnerabilidade e potencial revitimização, reforçando a necessidade de ampliar a produção científica e subsidiar políticas públicas e práticas assistenciais mais sensíveis às especificidades dessa população.

Diante do cenário delineado, a escolha deste tema se justifica pela urgência em visibilizar a violência sexual contra homens adultos como um problema de saúde pública subestimado e trazer a pressão da performance ligada aos papéis sociais relacionados ao gênero como colaboradora para o mascaramento desses casos. A relevância se amplifica na contemporaneidade, marcada por debates sobre saúde mental e sociedade, onde a não priorização do tema compromete a prevenção de impactos prolongados, como sofrimento psíquico e isolamento, e reforça a necessidade de políticas inclusivas que incentivem a notificação e intervenções precoces, fomentando equidade e suporte efetivo às vítimas. Portanto, o objetivo designado para este estudo foi de analisar a subnotificação da violência sexual contra homens através de uma perspectiva crítica sobre a construção social da masculinidade.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, um método de natureza não-sistemática, que possibilita trazer reflexões, explorações e atualizações acerca de vários eixos temáticos, consolidando saberes científicos (FERNANDES *et al.*, 2023). A pesquisa bibliográfica foi feita através da análise de materiais disponibilizados *online*, como artigos e dissertações, e livros.

As pesquisas foram realizadas no mês de fevereiro de 2026, nas bases de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores: violência sexual e homens; abuso sexual e homens; e homens e vítima e violência.

Os critérios de inclusão deste estudo para os materiais online foram de publicação entre 2005 e 2025, incluindo artigos e dissertações nos idiomas português e inglês, e que abordassem as temáticas propostas para a pesquisa. Já os critérios de exclusão foram materiais que não tinham relação com a temática, que não incluíssem homens adultos e que não abordassem os homens como vítimas da violência, somente como o violentado, feita essa seleção a partir da leitura dos títulos e resumos dos materiais. Com isso, o total de materiais relevantes utilizados na pesquisa foi de 9, sendo eles 8 artigos e uma dissertação de mestrado.

Os resultados foram apresentados de forma descritiva, abordando tópicos sobre: os fatores associados a subnotificação; a pressão da performance de uma masculinidade hegemônica nos homens e os seus impactos; a dificuldade em denunciar a violência, informal e formalmente; a falta de formação de profissionais diante desses casos; e as consequências da violência sexual contra homens nas dimensões psicológica, física, comportamental e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas relacionadas à violência sexual contra homens ainda são escassas, embora o tema venha gradualmente sendo explorado na literatura científica. Conforme apontam Schraiber, D'Oliveira e Junior (2008), estudos envolvendo homens são menos frequentes, especialmente quando abordam a perspectiva masculina enquanto vítima de violência sexual, sendo que, quando se trata de homens adultos, a revelação dos casos torna-se ainda mais comprometida. Silva *et al.* (2024) complementam essa discussão ao destacar que tal cenário reforça a percepção social de que esses episódios não ocorrem ou são extremamente raros, contribuindo para a invisibilização das experiências vividas por esses indivíduos. Nesse contexto, a subnotificação é frequentemente mencionada pelos autores analisados, sendo associada a múltiplos fatores, sobretudo às representações sociais de gênero e à persistência de padrões culturais marcados pelo machismo.

Entre os principais fatores associados destacam-se: a incapacidade do homem de se perceber no lugar de vítima; a confusão em relação à orientação sexual (quando a agressão sexual é provocada por outro homem); o medo da reprodução do abuso; a falta de treinamento dos agentes envolvidos no processo de notificação, que resulta na baixa procura dos serviços de saúde e policiais; o medo de ter sua identidade e confidencialidade prejudicadas; a expectativa da sociedade do homem ser viril, inviolável, representar força e nunca se mostrar vulnerável, com medos ou inseguranças; a maior dificuldade de falar sobre violência sexual quando comparada com outras formas de agressão; e, também, a ligação do homem ao papel de opressor, mas nunca de oprimido (FERREIRA *et al.*, 2023; SILVA *et al.*, 2024; ARMOND *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2025).

Silva *et al.* (2025) destacam, ainda, a naturalização precoce da vida sexual nos homens, que leva muitas vezes à negligência e ao silenciamento do acontecimento, o que resulta na exposição prolongada aos processos de vitimização, comprometendo práticas de prevenção e intervenção efetivas logo após a ocorrência da violência. Observa-se, dessa forma, como as pressões de performance de uma masculinidade hegemônica são impostas desde a infância, moldando comportamentos que inibem a denúncia e perpetuam o ciclo de subnotificação.

Desde cedo, homens são socializados a omitir ou minimizar seus problemas, enfrentando tanto barreiras internas decorrentes desse processo de educação quanto barreiras sociais que tendem a banalizar experiências de violência (MESQUITA, 2020). Nesse contexto, Silva *et al.* (2025) e Rodrigues *et al.* (2020) apontam que a masculinidade hegemônica, ao estabelecer padrões rígidos sobre o que é considerado aceitável para um homem, interfere diretamente na denúncia de estupro e outras formas de violência sexual contra homens, submetendo as vítimas a um novo ciclo de vitimização. A crença de que o homem deve ser forte, viril, possuir apetite sexual exacerbado e manter constante controle sobre as situações pode dificultar a revelação da violência e a busca por ajuda, uma vez que a experiência vivenciada tende a ser acompanhada por sentimentos de vergonha, descrédito e desvalorização social, frequentemente associados a represálias simbólicas decorrentes do não cumprimento desse ideal de masculinidade.

Embora as estatísticas indiquem predominância masculina entre os perpetradores de violência sexual, é crucial também reconhecer a possibilidade de mulheres atuarem como agressoras, especialmente em casos envolvendo crianças e adolescentes. Entretanto, a construção sociocultural que vincula as mulheres a

funções de cuidado e proteção contribui para que esses casos sejam menos suspeitados e, conseqüentemente, menos reconhecidos e denunciados (SILVA *et al.*, 2025). Essa percepção social contribui para a invisibilidade de determinados casos, que frequentemente estão relacionados mais a dinâmicas de poder do que a características específicas de gênero (SILVA *et al.*, 2024).

A literatura aponta ampla variação nas estimativas da violência sexual contra homens, com valores frequentemente superiores às estatísticas oficiais e indicativos de subnotificação. Identificam-se prevalências elevadas em determinados grupos, como homens com disfunções sexuais, homens que fazem sexo com homens, usuários de álcool e outras drogas e adolescentes do sexo masculino (FERREIRA *et al.*, 2023). Além disso, Arruda *et al.* (2023) identificaram prevalências de 70,5% para violência sexual sem contato, 43,1% com contato, 23,9% com penetração e 33,1% de sexo forçado, com maior vulnerabilidade entre homens bissexuais, homossexuais e divorciados ou separados. Esses resultados evidenciam que diferentes metodologias de investigação podem revelar dimensões ocultas do fenômeno e da existência da subnotificação, uma vez que instrumentos de rastreamento mais amplos tendem a identificar maior número de casos.

Em uma pesquisa no estudo de Mesquita (2020), muitas das vítimas demonstram dificuldades em expor problemas pessoais à família e amigos, e foi revelado que os amigos são a opção mais recorrente para divulgar a violência, sendo os do sexo masculino os menos confortáveis para revelar a vitimação, revelando o forte estigma entre a população masculina sobre vulnerabilidade. Esse estigma reflete a socialização masculina que reforça a ideia de que homens devem ser fortes e invulneráveis, tornando a admissão de vitimização um desafio à auto imagem masculina.

No que se refere à busca por ajuda formal, como junto à polícia e aos profissionais de saúde, Mesquita (2020) ainda aponta que esses recursos muitas vezes não são percebidos como úteis pelas vítimas, especialmente no caso da polícia, embora seja um dos serviços mais procurados. De modo semelhante, Schraiber, D'Oliveira e Junior (2008) relatam que menos de 5% das denúncias de violência sexual registradas correspondem a vítimas do sexo masculino. Esse baixo número de notificações não se explica apenas por uma menor ocorrência desses casos em comparação às mulheres, mas também por limitações na atuação dos serviços e por normas culturais relacionadas à masculinidade, que dificultam a autopercepção de meninos e homens como vítimas e a expressão de experiências associadas à vulnerabilidade.

Quanto aos agentes formais acionados diante da violência sofrida, profissionais de saúde como médicos, enfermeiros e psicólogos, são percebidos como os mais úteis pelas vítimas, sobretudo em razão das experiências de validação e apoio emocional relatadas (MESQUITA, 2020). Contudo, apesar desse potencial de acolhimento, ainda persistem lacunas na atuação desses profissionais, incluindo a subnotificação da violência, o preenchimento inadequado tanto das fichas de notificação de casos suspeitos como dos casos confirmados de acidentes e violência, bem como insuficiências na formação específica sobre violência sexual contra homens (ARMOND *et al.*, 2020)

Rodrigues *et al.* (2023), nesse viés, apontam que uma das principais dificuldades dos psicólogos no atendimento a homens vítimas de violência sexual está relacionada à formação dos profissionais, visto que os currículos de graduação e pós-graduação ainda apresentam lacunas no que se refere à abordagem da violência sexual em homens, além da escassez de materiais científicos específicos sobre o tema. Tal situação evidenciada compromete a capaci-

dade desses profissionais de identificar e intervir nesses casos, além dos estereótipos ainda internalizados pelos profissionais, que contribuem para a minimização ou descrédito da violência, ressaltando, assim, a necessidade de profissionais sensíveis a essas questões e de ambientes de atendimento acolhedores e livres de julgamento.

Adicionalmente, estudos indicam que indivíduos pertencentes a minorias de gênero e orientação sexual apresentam maior vulnerabilidade à violência sexual, com taxas elevadas de subnotificação. Entre 2006 e 2010, estima-se que cerca de 65% desses crimes não tenham sido denunciados à polícia, cenário que permanece semelhante em pesquisas mais recentes. No contexto sul-americano, dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos apontam prevalência de até 27,5% de violência sexual nesse grupo, associada a contextos de discriminação social e barreiras de acesso aos serviços de apoio (RODRIGUES *et al.*, 2023).

No que se refere às consequências da violência sexual contra homens, a literatura aponta impactos nas dimensões psicológica, física, comportamental e social. Ferreira *et al.* (2023) destacam repercussões na saúde mental, como ideação suicida, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), isolamento social, culpa e baixa autoestima. Também são descritos problemas clínicos e psicossomáticos, incluindo alterações no desenvolvimento físico e emocional, disfunção erétil, ejaculação precoce e dor pélvica crônica, além de comportamentos de risco, como sexo anal desprotegido, envolvimento em sexo comercial e realização frequente de testes anti-HIV. Silva *et al.* (2024) acrescentam que tais experiências podem contribuir ainda para infecções sexualmente transmissíveis (IST), aumento do consumo de álcool e drogas, tabagismo e outras disfunções sexuais.

Os impactos psíquicos da violência sexual podem manifestar-se por meio de sofrimento

emocional e psicopatológico. Entre as repercussões descritas estão ansiedade, depressão, somatização, paranoia, bulimia, transtornos de personalidade, abuso de substâncias e comportamentos agressivos, também são recorrentes sentimentos de vergonha, medo, estigmatização e revitimização, acompanhados por alterações na autoimagem, pensamentos invasivos e dificuldades interpessoais e afetivas. Em alguns casos, surgem ainda conflitos relacionados à sexualidade, agravados por reações familiares e pelo temor de questionamentos sobre a orientação sexual (HOHENDORFF *et al.*, 2012).

Silva *et al.* (2024) enfatizam o transtorno de estresse pós-traumático como uma das consequências mais recorrentes, destacando também a ocorrência da Síndrome do Trauma de Estupro (STE), caracterizada por intenso sofrimento psicoafetivo e efeitos psicológicos duradouros. Os autores apontam que respostas fisiológicas involuntárias durante o abuso, como ereção ou ejaculação, podem gerar confusão emocional e medo relacionado à sexualidade, intensificando a angústia e dificultando a elaboração do trauma.

Para além dos efeitos individuais, a violência sexual pode repercutir nas relações sociais e afetivas das vítimas, Arruda *et al.* (2023) apontam que homens vitimizados podem apresentar dificuldades na construção e manutenção de vínculos afetivos estáveis, o que pode contribuir para conflitos e conjugais, processos de separação e problemas no ajuste social.

Por fim, fatores culturais associados à masculinidade hegemônica desempenham papel central na manutenção da subnotificação da violência sexual contra homens. Expectativas sociais que associam masculinidade à força, invulnerabilidade e controle emocional tendem a dificultar a revelação da violência e o acesso ao apoio profissional. Dessa forma, tais normas contribuem não apenas para a invisibilidade do fenômeno, mas também para o agravamento de

seus impactos na saúde mental, sexual e social das vítimas (FERREIRA *et al.*, 2023; ARMOND *et al.*, 2020).

CONCLUSÃO

O estudo realizado teve como propósito analisar, junto a um olhar crítico sobre a construção social de gênero vigente sobre a masculinidade, a subnotificação da violência sexual contra homens. Tal objetivo foi alcançado por meio de uma revisão narrativa da literatura, que possibilitou refletir sobre as representações sociais de gênero e reunir evidências que demonstram como normas hegemônicas de masculinidade contribuem para o silenciamento e a invisibilização da violência sexual contra homens.

Os resultados indicam que a subnotificação desse fenômeno é multifacetada, estando associada a fatores como a dificuldade de homens se reconhecerem como vítimas, confusões relacionadas à orientação sexual, medo de revitimização, estigmas sociais e fragilidades institucionais, incluindo lacunas na capacitação de profissionais de saúde e segurança pública. Esses elementos evidenciam a influência de fatores socioculturais, como o machismo e as normas de masculinidade hegemônica, que dificultam a denúncia e contribuem para o agravamento de impactos na saúde mental, como transtorno de estresse pós-traumático, ideação suicida, isolamento social, depressão e comportamentos de risco.

Dessa forma, os dados reforçam a relação entre construções sociais de gênero e a perpetuação da invisibilidade da violência sexual masculina, evidenciando a necessidade de ampliar o debate científico e institucional sobre o tema. Torna-se fundamental fortalecer políticas públicas e práticas assistenciais sensíveis às especificidades dessa população, capazes de incentivar a notificação dos casos, promover

intervenções precoces, ampliar o acesso a cuidados integrais e investir na educação e formação dos profissionais acerca do tema, contribuindo assim para a promoção da equidade e do suporte efetivo às vítimas.

Como limitação do presente estudo, destaca-se a reduzida quantidade de produções científicas que abordam especificamente a violência sexual contra homens adultos, o que restringiu o número de autores incluídos na análise. Essa dificuldade de levantamento bibliográfico evi-

dencia a ainda incipiente exploração do tema na literatura acadêmica e reforça a necessidade de ampliação de pesquisas que investiguem essa problemática sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Como perspectiva futura, propõe-se a realização de estudo de campo com o objetivo de obter dados empíricos sobre as experiências e os impactos na saúde mental de homens adultos vítimas de violência sexual, com foco na população do estado do Piauí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMOND, J. E. *et al.* Uma visão geral de um país em desenvolvimento sobre homens vítimas de violência física e sexual. *Nursing Edição Brasileira*, [s. l.], v. 23, n. 269, p. 4741–4750, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i269p4741-4750>.
- ARRUDA, P. A. C. *et al.* Prevalência de violência sexual com contato e sem contato contra homens brasileiros e fatores associados a sexo forçado. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 138, p. 493–503, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313819>.
- COELHO, E. B. S. *et al.* Desafios e potencialidades da Atenção Primária à Saúde na abordagem das violências contra homens: uma revisão de escopo. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 29, supl. 1, p. 1–18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230051>.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.
- FERNANDES, J. M. B. *et al.* Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. *REDES – Revista Educacional da Sucesso*, v. 3, n. 1, p. 1–7, 2023.
- FERREIRA, D. G. *et al.* Sexual violence against men in Brazil: underreporting, prevalence, and associated factors. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, p. 1–17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057000256>.
- HOHENDORFF, J. V. *et al.* Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 28, n. 4, p. 395–416, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000400004>.
- MESQUITA, C. C. Experiências da procura de ajuda por homens vítimas de violência na intimidade: uma revisão sistemática. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.
- RODRIGUES, F. R. A. *et al.* Atuação de psicólogos no atendimento psicoterápico de homens vítimas de abuso sexual. *Mental, Barbacena*, v. 15, n. 28, p. 1–21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5935/1679-4427.v15n28.0006>.
- SCHRAIBER, L. B. *et al.* Violência sexual por parceiro íntimo entre homens e mulheres no Brasil urbano. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, p. 127–137, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000100016>.
- SILVA, J. *et al.* Homens vítimas de violência sexual: relatos da violência vivida. *Sociologia On Line*, Lisboa, n. 37, p. 1–26, 2025. DOI: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2025.37.4>.
- SILVA, T. A. S. M. da *et al.* Cuidados de enfermagem forense aos homens adultos vítimas de violências sexuais: scoping review. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 37, p. 1–11, 2024. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2024AO00456>.